

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 658979 - PR
(2015/0020702-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : AUREO GONZAGA SODRE
AGRAVANTE : DONATO FELIPE GONCALVES
AGRAVANTE : EDNA MARLENA DIAS
AGRAVANTE : JULIA OLKOSKI
AGRAVANTE : LEONILDA MESSIAS FRANCO
AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : OLGA SAKAE UMEMARU
AGRAVANTE : RAFAEL FERREIRA SOARES
AGRAVANTE : SERGIO TADASHI CANDIDO
AGRAVANTE : VALDOMIRO BATISTA DE SOUZA
ADVOGADO : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
AGRAVADO : FEDERAL DE SEGUROS S/A - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : LUIZ HENRIQUE SANTOS DE PAULA -
LIQUIDANTE
ADVOGADO : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA E OUTRO(S) -
RJ132101
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO DE FRANÇA E OUTRO(S) -
PR027691
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

